

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Liberal

Class.:

128

Data:

20.09.89

Pg.:

Índios vendem madeira e criam impasse no Paraná

Curitiba (AE) — Os índios da reserva de Mangueirinha, na região sudoeste do Paraná, acusados de vender, ilegalmente, madeira retirada de áreas de preservação permanente, justificaram a derrubada de árvores centenárias, alegando que os recursos repassados à reserva pela Funai são insuficientes.

Numa reunião tumultuada, realizada no final da tarde de segunda-feira, na presença de mais de 200 índios, o cacique Jovelino Palhano disse que "o índio não vai passar necessidade só porque é índio, pois os brancos das vizinhanças derrubam pinheiro e ninguém reclama". Os representantes do Ministério Público e de Órgãos de governo que participaram da reunião ainda não definiram sua posição.

A denúncia de que os índios estavam derrubando madeira da reserva foi encaminhada à Procuradoria do Meio Ambiente por um grupo de índios que se opõe ao cacique Jovenal. Três deles, que estavam fora da reserva nos últimos 15 dias, foram detidos pela comunidade assim que chegaram, na segunda-feira, para participar da reunião: Catarino Katanh, Francisco de Paulo e Mário Capir foram obrigados a permanecer dentro de um carro, proibidos de pisar o chão da reserva, por mais de três horas. Depois, foram autorizados a participar da reunião mas, Catarino não conseguiu explicar à comunidade as razões da sua decisão de denunciar a derrubada. Submetido à ruidosa vaia que só cessava quando falava o cacique ou seu vice, Jose Carlos Gabriel, que justificavam a ação pela necessidade de maiores recursos à reserva.

Pinheiros

A reserva de Mangueirinha, ocupada por índios Caingangues e Guaranis, tem quase 8 mil hectares e possuía uma das últimas e mais significativas matas de pinheiros do estado. Ao lado desta área, a Funai disputa na Justiça, com algumas empresas particulares, outra área, de quase 9 mil hectares, onde estão localizados, de acordo com levantamentos feitos pelo Instituto de Terras, cartografia e florestas, pinheirais em estado nativo que não existem, praticamente, em nenhum outro lugar do planeta.

A derrubada de pinheiros com mais de 500 anos, para vender a madeiras da região, não é novidade. Nas áreas ocupadas

por Caingangues e Guaranis, praticamente não há mais áreas florestais significativas. Isto porque, até 1979, a própria Funai mantinha na área uma serraria, fechada nesta época a pedido dos índios. Depois disso, seduzidos pelas propostas de compradores brancos, os índios continuaram a vender, clandestinamente, madeiras nobres de suas florestas.

Não existe um levantamento completo das áreas de floresta ainda existente na reserva mas o sobrevôo realizado ontem por representantes do Ministério Público confirmou que o desmatamento é significativo na área da reserva e ameaça as matas ainda preservadas da área em litígio.

Nervoso

O superintendente regional da Funai, Etelvino Batistelli, disse que foi a Funai que tomou a iniciativa de denunciar os últimos desmatamentos, em julho deste ano. Mas não soube explicar por que as medidas contra a devastação não foram tomadas antecipadamente, uma vez que, para chegar à área do desmate, foram abertos, com trator de esteira, alguns quilômetros de estrada. Muito nervoso, Batistelli alegou que a Funai tem muitos problemas a resolver e não pode ficar só protegendo a floresta.

A falta de recursos da Funai foi explicada como "passageira", porque seu orçamento demorou a ser aprovado pelo Congresso. Mas boa parte dos índios confirma a falta crônica de medicamentos e sementes, tal como foi denunciado por Catarino Katanh e seus companheiros. O promotor Olímpio Soto Maior prometeu realizar uma investigação mais detalhada para avaliar a real situação da aldeia. Mas assegurou que a derrubada de árvores está proibida porque as florestas da reserva são áreas de preservação permanente. A madeireira Davi Dagostini, que comprou a madeira dos índios, foi indiciada em inquérito. Os três índios que trouxeram a denúncia a Curitiba foram considerados como "non gratos" na aldeia e serão transferidos para outra reserva. Na próxima semana, o Ministério Público deverá convocar entidades ambientalistas e órgãos do governo estadual para uma reunião, em Curitiba, onde o futuro dos últimos remanescentes das matas de pinheiros será definido.